



Enel Green Power Ituverava Solar S.A.

CNPJ: 21.602.288/0001-44

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Ituverava Solar S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Ituverava Solar S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

Diretoria executiva	Cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras
Vago	Diretor de Construção
Fabio Destefani Campos	Diretor de Operação e Manutenção

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Ituverava Solar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Ituverava Solar S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.


- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Virícius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ O92563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.003	4.103
Títulos e valores mobiliários	4	6.720	4
Contas a receber de clientes	5	5.086	15.421
Compartilhamento de infraestrutura a receber	19	3.729	3.760
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		2.071	3.150
Outros tributos compensáveis		22	1.541
Almoxarifado		1.842	2.221
Adiantamento a fornecedores		964	798
Instrumentos financeiros derivativos	20	625	-
Outros créditos		513	472
Total do ativo circulante		34.575	31.470
<u>Ativo não circulante</u>			
Tributos diferidos	18	2.922	127
Instrumentos financeiros derivativos	20	84.234	53.344
Imobilizado	6	293.892	305.059
Intangível	7	3.021	3.125
Total do ativo não circulante		384.069	361.655
Total do ativo		418.644	393.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	8	20.028	20.613
Empréstimos e financiamentos	9	33.543	30.371
Obrigações por arrendamentos		13	24
Outras obrigações fiscais		384	456
Salários, provisões e encargos sociais		264	342
Encargos setoriais		50	66
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	19	4.197	1.038
Ressarcimento mercado regulado	10	12.760	1.678
Instrumentos financeiros derivativos	20	208	904
Outras obrigações - partes relacionadas	19	2.500	-
Total do passivo circulante		73.947	55.492
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	9	161.880	152.939
Obrigações por arrendamentos		-	2
Provisão para desmantelamento	11	461	1.168
Redução de capital	13	27.036	37.836
Provisões para processos judiciais	12	39	1
Total do passivo não circulante		189.416	191.946
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	13	224.469	215.388
Outros resultados abrangentes		1.127	1.424
Prejuízos acumulados		(70.315)	(71.125)
Total do patrimônio líquido		155.281	145.687
Total do passivo		418.644	393.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	15	49.453	46.293
Custo	16	(25.340)	(26.532)
Lucro bruto		24.113	19.761
Receitas (despesas) operacionais	16		
Despesas gerais e administrativas		(2.880)	(6.192)
Outras receitas operacionais		1.875	-
Total despesas operacionais		(1.005)	(6.192)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		23.108	13.569
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		4.465	4.847
Despesas financeiras		(18.962)	(23.806)
Variações cambiais líquidas		(3.311)	572
Total do resultado financeiro		(17.808)	(18.387)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		5.300	(4.818)
Imposto de renda e contribuição social	18		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.209)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(281)	1.638
Total dos tributos sobre o lucro (prejuízo)		(4.490)	1.638
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		810	(3.180)
Lucro líquido (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído	14	0,0036	(0,0140)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		810	(3.180)
<u>Outros resultados abrangentes</u>			
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos		(450)	1.871
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	20	153	(636)
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		513	(1.945)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros			
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Incentivo fiscal - SUDENE	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	227.810	(27.700)	1.848	(69.793)	189	132.354
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Prejuízo exercício	-	-	-	(3.180)	-	(3.180)
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	1.871	1.871
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(636)	(636)
<u>Transações com os acionistas</u>						
Integralização de capital	-	15.278	-	-	-	15.278
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva de lucros - incentivo fiscal SUDENE	-	-	(1.848)	1.848	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	227.810	(12.422)	-	(71.125)	1.424	145.687
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	810	-	810
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(450)	(450)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	153	153
<u>Transações com os acionistas</u>						
Integralização de capital	-	9.081	-	-	-	9.081
Saldo em 31 de dezembro de 2024	227.810	(3.341)	-	(70.315)	1.127	155.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	810	(3.180)
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	11.745	12.792
Variações cambiais da dívida	42.571	(14.292)
Marcação a mercado da dívida	(1.003)	2.328
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	(41.427)	14.298
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	(1.518)	(4.308)
Atualização monetária de processos judiciais	11	-
Provisões para processos judiciais	28	-
Juros sobre obrigações de arrendamento	1	2
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.358	10.530
Juros sobre operações com instrumento derivativo	4.844	10.153
Provisão para desmantelamento	122	77
Custo de transação	451	451
Tributos e contribuições sociais diferidos	281	(1.638)
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	10.335	1.172
Compartilhamento de infraestrutura a receber	31	(966)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	1.079	(755)
Outros tributos compensáveis	1.519	(1.478)
Almoxarifado	379	(711)
Adiantamento a fornecedores	(166)	2
Outros créditos	(41)	(2)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	(585)	2.357
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.432	425
Outras obrigações fiscais	(72)	282
Salários, provisões e encargos sociais	(78)	(199)
Encargos setoriais	(16)	37
Redução de capital	(10.800)	-
Ressarcimento mercado regulado	11.082	(483)
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	3.159	161
Outras obrigações - partes relacionadas	2.500	-
Outras obrigações	-	(124)
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(10.747)	(9.323)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(2)	(1)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(5.448)	(12.167)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(5.355)	(425)
Pagamento de processos judiciais	(1)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	26.479	5.015
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(1.287)	(2.396)
Adições para ativo intangível	(16)	(14)
Títulos e valores mobiliários	(6.716)	9
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(8.019)	(2.401)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Integralização de capital	9.081	15.278
Redução de capital	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(29.517)	(27.013)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(12)	(12)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	10.888	8.441
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(9.560)	(3.306)
Varição no caixa líquido	8.900	(692)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4.103	4.795
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	13.003	4.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Ituverava Solar S.A. (“Companhia”) foi constituída em 6 de novembro de 2014, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou cotista.

A Companhia explora o potencial solar de 56 MW no município de Tabocas do Brejo Velho, Estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 08/2014-ANEEL, com contrato vigente até 11 de maio de 2050, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, com início de suprimento desde janeiro de 2018.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais, de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026
		1º de janeiro de 2026

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;

Nota 7 – Imobilizado;

Nota 8 – Intangível;

Nota 11 – Provisões para desmantelamento;

Nota 12 – Provisões para processos judiciais;

Nota 18 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;

Nota 20.1 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	166	4.103
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	1.137	-
Operações compromissadas	11.700	-
Total	13.003	4.103

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa e contas bancárias com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras são representadas por aplicações diretas em CDBs (que possuem conversibilidade imediata e insignificante risco de mudança de valor) e operações compromissadas contratadas diretamente ou via fundo de investimento exclusivo (onde a instituição financeira emissora das operações garante a recompra imediata dos títulos, operação classificada como de baixo risco de crédito).

Em 31 de dezembro de 2024, os certificados de depósitos foram remunerados, em média a 100,25% do CDI, e o Fundo de Investimento Exclusivo, que contém as operações compromissadas na carteira foi remunerado a 100,25% do CDI (não tiveram CDBs remunerados em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 20).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se aos ativos adquiridos por meio de carteira em fundo de investimento exclusivo. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Fundos de investimentos exclusivos</u>		
Títulos públicos	5.867	4
LF - Letra Financeira	853	-
Total	6.720	4

O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 2,39% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2024 (0,01% em 31 de dezembro de 2023).

Estes fundos de Investimento são administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em média, a 100,25% do CDI (99,62% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos mais de 360 dias	Total	PECLD	31.12.2024
Mecanismo de curto prazo - MCP	527	-	527	-	527
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	4	-	4	-	4
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	4.555	45	4.600	(45)	4.555
Total	5.086	45	5.131	(45)	5.086

	Nota	A vencer	Vencidos mais de 360 dias	Total	PECLD	31.12.2023
Mecanismo de curto prazo - MCP		549	-	549	-	549
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		4	-	4	-	4
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		4.372	45	4.417	(45)	4.372
Contas a receber - partes relacionadas	19	-	10.496	10.496	-	10.496
Total		4.925	10.541	15.466	(45)	15.421

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia realizadas no Mercado de Curto Prazo (MCP), são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP e Ressarcimento ACR) e, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, instalações técnicas/mecânicas – solar e obras civis.

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	Adições	Depreciação	Desmantelamento	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	56.097	-	-	(829)	57.520	112.788
Veículos	621	-	-	-	(621)	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	621	621
Instalações técnicas/mecânicas solar	315.166	-	-	-	(57.520)	257.646
	371.884	-	-	(829)	-	371.055
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(10.764)	-	(1.678)	-	(13.109)	(25.551)
Veículos	(240)	-	(70)	-	310	-
Móveis e utensílios	-	-	(96)	-	(310)	(406)
Instalações técnicas/mecânicas solar	(61.488)	-	(9.655)	-	13.109	(58.034)
	(72.492)	-	(11.499)	-	-	(83.991)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Máquinas e equipamentos	3.176	1.287	-	-	-	4.463
	3.176	1.287	-	-	-	4.463
Total do imobilizado	302.568	1.287	(11.499)	(829)	-	291.527
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	2.491	-	(126)	-	-	2.365
	2.491	-	(126)	-	-	2.365
Total	305.059	1.287	(11.625)	(829)	-	293.892

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adições	Depreciação	Desmantelamento	Transferências	31.12.2023
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	55.627	-	-	470	-	56.097
Veículos	494	-	-	-	127	621
Instalações técnicas/mecânicas solar	315.069	-	-	-	97	315.166
	371.190	-	-	470	224	371.884
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	(8.908)	-	(1.856)	-	-	(10.764)
Veículos	(167)	-	(73)	-	-	(240)
Instalações técnicas/mecânicas solar	(50.880)	-	(10.608)	-	-	(61.488)
	(59.955)	-	(12.537)	-	-	(72.492)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Máquinas e equipamentos	1.004	2.396	-	-	(224)	3.176
	1.004	2.396	-	-	(224)	3.176
Total do imobilizado	312.239	2.396	(12.537)	470	-	302.568
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	2.617	-	(126)	-	-	2.491
	2.617	-	(126)	-	-	2.491
Total	314.856	2.396	(12.663)	470	-	305.059

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 11).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Qualquer alteração nos custos esperados de desmontagem, remoção e restauração que resulte de alterações nas estimativas da época ou uso dos recursos econômicos necessários para cumprir a obrigação ou de uma mudança na taxa de desconto é reconhecida como aumento ou redução no ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Depreciação

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos das tecnologias eólica, solar e hidráulica e harmonizou as taxas de depreciação segregando os ativos nas tipologias elétricos e não elétricos, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico. Com base no exposto, a Companhia adotou as seguintes premissas para definição das vidas úteis:

Tecnologia eólica e solar (não reguladas):

- Bens elétricos: considerando que os ativos elétricos estão vinculados diretamente a produção de energia elétrica e a prática usual deste tipo de tecnologia, as vidas úteis foram harmonizadas até o fim da autorização em conformidade com os despachos emitidos pela ANEEL

A companhia mantém o reconhecimento de provisão para desmantelamento do parque e segundo práticas do setor elétrico estima alienar os ativos como sucata ao final da autorização.

- Bens não elétricos: depreciação dos ativos definida em práticas do setor elétrico, limitada ao prazo de autorização:
 - i. Equipamento geral: 10-30 anos
 - ii. Softwares: 5 anos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- iii. Sobressalentes: 20-30 anos
- iv. Veículos: 7 anos
- v. Móveis e Utensílios: 16 anos

Dessa forma, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados após a revisão, são as seguintes:

Elétricos	%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,86%
Máquinas e equipamentos	3,86% - 5,00%
Instalações técnicas/mecânicas solar	3,86%
Não elétricos	
Veículos	14,29%

Os efeitos da revisão do valor residual e vida útil de cada ativo foram reconhecidos prospectivamente, a partir de 01 de janeiro de 2024, e impactaram em R\$ 1.047 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A depreciação do exercício de 2024 no valor de R\$ 11.499, considerando-se as taxas não revisadas, seria de R\$ 12.546.

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2024:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	1,00

7. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		31.12.2024	31.12.2023
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso da concessão	3.876	(893)	2.983	3.101
Custo incremental	43	(5)	38	24
Total	3.919	(898)	3.021	3.125

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	3.876	-	-	3.876
Custo incremental	27	16	-	43
Total	3.903	16	-	3.919

<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(776)	-	(117)	(893)
Custo incremental	(2)	-	(3)	(5)
Total	(778)	-	(120)	(898)
Total	3.125	16	(120)	3.021

	31.12.2022	Adições	Amortização	31.12.2023
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	3.876	-	-	3.876
Custo incremental	13	14	-	27
Total	3.889	14	-	3.903
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(646)	-	(129)	(775)
Custo incremental	(1)	-	(2)	(3)
Total	(647)	-	(131)	(778)
Total	3.242	14	(131)	3.125

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Administração

%

Direito de uso da concessão

3,00%

Custo incremental

3,57%

8. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia		760	3.114
Encargo de uso da rede		144	147
Encargo de uso da rede - partes relacionadas	19	-	1
		904	3.262
Materiais e serviços		1.845	2.319
Materiais e serviços - partes relacionadas	19	17.279	15.032
		19.124	17.351
Total		20.028	20.613

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado.

9.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante		31.12.2024 Total circulante + não circulante	Circulante			Não circulante		31.12.2023 Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	
<u>Moeda estrangeira</u>												
Bank of China-Milan Branch	7.173	2.248	9.421	46.620	46.620	56.041	5.589	2.034	7.623	41.918	41.918	49.541
Santander Madrid	6.440	2.160	8.600	42.088	42.088	50.688	4.919	1.955	6.874	37.119	37.119	43.993
Proparco	15.434	88	15.522	73.172	73.172	88.694	15.780	94	15.874	73.902	73.902	89.776
Total	29.047	4.496	33.543	161.880	161.880	195.423	26.288	4.083	30.371	152.939	152.939	183.310

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.123	189.506	220.629
Encargos provisionados	10.530	-	10.530
Encargos pagos	(9.323)	-	(9.323)
Variação cambial e monetária	-	(14.292)	(14.292)
Transferências	24.603	(24.603)	-
Pagamentos / amortizações	(27.013)	-	(27.013)
Amortização custos de transação	451	-	451
Marcação a mercado - dívida	-	2.328	2.328
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30.371	152.939	183.310
Encargos provisionados	10.358	-	10.358
Encargos pagos	(10.747)	-	(10.747)
Variação cambial e monetária	-	42.571	42.571
Transferências	32.627	(32.627)	-
Pagamentos / amortizações	(29.517)	-	(29.517)
Amortização custos de transação	451	-	451
Marcação a mercado - dívida	-	(1.003)	(1.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	33.543	161.880	195.423

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Bank of China LTD - Milan Branch	50.274	30/03/17	01/12/31	SOFR + 2,27%	Semestral	Semestral	CAPEX	Aval ENEL S.p.A.
Santander Madrid	48.302	30/03/17	01/12/31	SOFR + 2,27%	Semestral	Semestral	CAPEX	Aval ENEL S.p.A.
Proparco	100.792	22/12/17	15/06/32	Fixo + 2,28%	Semestral	Semestral	CAPEX	Aval ENEL S.p.A.

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	25.926	25.926	25.926	25.926	60.882	164.586
Custo a amortizar	(451)	(451)	(451)	(451)	(902)	(2.706)
Total	25.475	25.475	25.475	25.475	59.980	161.880

9.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2024	%	31.12.2023	%
Moeda estrangeira				
Dólar	106.729	54,61%	93.534	51,03%
Euro	88.694	45,39%	89.776	48,97%
Total	195.423	100,00%	183.310	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Garantias:

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com a seguinte garantia:

- A controladora indireta Enel S.p.A. como garantidora.

Cláusulas restritivas (Covenants)

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
Santander / Bank of China	Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	2,33	Anual
Proparco	Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	1,13	Anual

Dívida Financeira (*) para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a:

- Qualquer endividamento financeiro decorrente de qualquer documento financeiro;
- Endividamento financeiro decorrente de uma transação de câmbio para entrega à vista ou a termo celebrado com vistas à proteção contra flutuação nas taxas de câmbio no caso de exposição cambial no curso normal dos negócios do mutuário, mas não em uma transação de câmbio para investimento ou fins especulativos;
- Endividamento financeiro permitido pela cláusula 19.16 (Transações da Tesouraria);
- Qualquer endividamento financeiro incorrido com o consentimento dos credores majoritários acima do limite estabelecido no último parágrafo acima.

(*) Considera os saldos na data do encerramento do exercício das rubricas de empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros.

A cláusula restritiva estabelece que a Companhia só deve calcular anualmente o índice em caso de contratação de novas dívidas. Não houve contratação de novo empréstimo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

10. Ressarcimento mercado regulado

Em 2024, a Companhia possui passivo circulante de R\$ 12.760 (R\$ 1.678 em 2023) referentes ao ressarcimento do mercado regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado (“flat”). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 14,72% (10,41% em 31 de dezembro de 2023), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

Os custos de desmontagem, remoção e/ou restauração são reconhecidos da seguinte forma:

- A estimativa atual dos custos é projetada para a data prevista do término do contrato (11 de maio de 2050), a fim de estimar o valor que será gasto durante o ano em que a desmontagem, remoção e/ou restauração será realizada;
- Esse valor é posteriormente descontado usando uma taxa de juros apropriada. A taxa de desconto é determinada incluindo impostos e reflete as avaliações de mercado atuais do valor presente do dinheiro e os riscos específicos associados ao passivo. A taxa de atualização não reflete os riscos para os quais os fluxos financeiros futuros estimados já foram ajustados. Os procedimentos operacionais para determinar essa taxa de desconto são estabelecidos pela Controladora. O valor presente líquido representa o custo, que deve ser reconhecido como um aumento no custo histórico do ativo (ou de um componente específico) e coincide com o valor da alocação inicial para a "Provisão para desmontagem e restauração".

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial		1.168	621
Adição	6	-	470
Baixas	6	(829)	-
Atualização financeira		122	77
Saldo final		461	1.168

12. Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

12.1 Contingência com risco provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31.12.2023	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2024
Trabalhistas	1	28	11	(1)	39
Total	1	28	11	(1)	39

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve movimentação das provisões trabalhistas, permanecendo o saldo de R\$ 1.

Os processos de natureza trabalhista, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o processo que estava classificado como possível, foi atualizado para provável, com isso, a Companhia reconheceu a provisão no montante de R\$ 28.

12.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	1.815	1.679
Total	1.815	1.679

O processo de natureza trabalhista classificado como possível refere-se à execução fiscal de pagamento de diferença de contribuição previdenciária. A Receita Federal deixou de considerar as guias recolhidas, razão pela qual a Companhia requereu a devida baixa do débito no montante de R\$ 1.815, atualizado até 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.634 em 31 de dezembro de 2023). Os demais processos, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 45, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram reavaliados para risco provável e remoto.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social é de R\$ 227.810, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

		31.12.2024		31.12.2023	
	Nota	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	12	227.809.594	99,9996756%	227.809.594	99,9996756%
Bondia Energia S.A.	12	739	0,0003244%	739	0,0003244%
Total		227.810.333	100,0000000%	227.810.333	100,0000000%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu da sua controladora Enel Brasil S.A., o montante de R\$ 9.081 (R\$ 15.278 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023), a título de capital a integralizar, que se encontrava pendente oriundo do aumento realizado pela controladora em fevereiro de 2023.

13.2 Destinação do resultado

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 810 (prejuízo de R\$ 3.180 em 31 de dezembro de 2023), que foi absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, portanto, não há destinação a ser realizada.

14. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		810	(3.180)
Número de ações	13	227.810.333	227.810.333
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		0,0036	(0,0140)

15. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	15.1	51.679	51.228
Receita operacional bruta		51.679	51.228
<u>Deduções da receita</u>			
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(225)	(212)
COFINS		(1.645)	(3.881)
PIS		(356)	(842)
Total deduções da receita		(2.226)	(4.935)
Total		49.453	46.293

15.1 Receita de venda e suprimento de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)**

	2024				
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(2.043)	(49)	-	(2.092)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		165	-	-	165
Material		(1.009)	(76)	-	(1.085)
(-) Capitalização dos custos de material		320	-	-	320
Serviços		(8.789)	(13)	-	(8.802)
Serviços - partes relacionadas	19	-	(2.657)	-	(2.657)
Energia elétrica comprada para revenda		(156)	-	-	(156)
Encargos do uso de rede elétrica		(1.378)	-	-	(1.378)
Seguros		(705)	-	-	(705)
Depreciação e amortização		(11.745)	-	-	(11.745)
Provisões para processos judiciais		-	(28)	-	(28)
Indenização de sinistro		-	-	2.149	2.149
Outras despesas operacionais		-	(57)	(274)	(331)
Total		(25.340)	(2.880)	1.875	(26.345)

	2023			
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal		(2.227)	(15)	(2.242)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		966	-	966
Material		(482)	(407)	(889)
(-) Capitalização dos custos de material		180	-	180
Serviços		(7.682)	(182)	(7.864)
Serviços - partes relacionadas	19	-	(2.732)	(2.732)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.029)	-	(3.029)
Encargos do uso de rede elétrica		(1.309)	-	(1.309)
Transporte de potência de energia		(4)	-	(4)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas	19	(3)	-	(3)
Aluguéis e arrendamentos		14	-	14
Seguros		(452)	-	(452)
Depreciação e amortização		(12.794)	-	(12.794)
Outras receitas (despesas) operacionais		290	(2.856)	(2.566)
Total		(26.532)	(6.192)	(32.724)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Resultado financeiro

	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	658	565
Dívida - marcação a mercado	1.003	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	1.518	4.308
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	1.212	-
Atualização de créditos tributários	37	-
Outras receitas financeiras	37	-
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	-	(26)
	4.465	4.847
<u>Despesas financeiras</u>		
Dívida - marcação a mercado	-	(2.328)
Custo de transação	(451)	(451)
Encargos de dívidas	(10.358)	(10.530)
Variação monetária de processos judiciais	(11)	-
Atualização de impostos e multas	(262)	(213)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	(6.057)	(10.153)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(4)	(3)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(67)	(43)
Atualização financeira desmantelamento	(122)	(77)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(1)	(2)
Outras despesas financeiras	(1.629)	(6)
	(18.962)	(23.806)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Variações cambiais de dívidas	(42.571)	14.292
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos	41.427	(14.298)
Outras variações cambiais	(2.167)	578
	(3.311)	572
Total	(17.808)	(18.387)

18. Imposto de renda e contribuição social

Para o exercício de 2024 o regime de tributação adotado pela Companhia é o lucro presumido, considerando que esse regime de tributação é permitido quando o faturamento anual for inferior a R\$ 78.000. No exercício de 2023, o regime de apuração foi o lucro real. Dessa forma, serão apresentados os impactos em 2024 sob o regime de lucro presumido e, para 2023, os impactos no regime de lucro real. É esperado que a Companhia retorne ao regime de apuração do lucro real já em 2025, tendo em vista o faturamento anual esperado que é superior aos limites aplicáveis ao regime de tributação do lucro presumido.

Lucro presumido (regime de tributação para o exercício de 2024)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- a) 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

	2024
Receita de suprimento de energia elétrica	52.551
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	4.204
Renda de aplicações financeiras	658
Outras receitas	2.268
Variação cambial realizada	4.691
Outras receitas financeiras	73
Total base de cálculo do imposto de renda	11.894
Alíquota do imposto de renda (15%)	(1.784)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(1.165)
Total do imposto de renda	(2.949)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	6.306
Renda de aplicações financeiras	658
Outras receitas	2.268
Variação cambial realizada	4.691
Outras receitas financeiras	73
Total base de cálculo da contribuição social	13.996
Alíquota da contribuição social (9%)	(1.260)
Total	(4.209)

Lucro real (regime de tributação para o exercício de 2023)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para o exercício de 2023, a Companhia foi tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos		
Diferidos	1.205	433
Total	1.205	433
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:		
Resultado antes dos tributos	(4.818)	(4.818)
Adições:		
Provisões	573	573
Variação cambial não realizada	(565)	(565)
Ajuste a valor presente	2.452	2.452
Ajuste a valor presente arrendamento	(14)	(14)
Outras despesas indedutíveis	82	82
Total das adições	2.528	2.528
Base de cálculo	(2.290)	(2.290)
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	-	-
Alíquota efetiva	25,01%	8,99%

(b) Imposto Diferido:

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balanços patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023	2024	2023
<u>Tributos diferidos ativos:</u>						
Arrendamento - CPC 06 (R2)	-	39	(39)	(4)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	3.502	3.502	-	2.892	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	9.413	-	183	-	-
Variação cambial não realizada	-	26.188	-	7.654	-	-
Outras provisões	-	242	(242)	223	-	-
	3.502	39.384	(281)	10.948	-	-
<u>Tributos diferidos passivos:</u>						
Instrumentos financeiros derivativos	(580)	(12.349)	-	(1.463)	153	(636)
Variação cambial não realizada	-	(26.908)	-	(7.847)	-	-
	(580)	(39.257)	-	(9.310)	153	(636)
Total	2.922	127	(281)	1.638	153	(636)

Com a mudança em 2024 para o regime de lucro presumido, a Companhia efetuou a (i) reversão de ativo diferido no valor de R\$ 281; (ii) liquidação diferido passivo de R\$ 2.923; e (iii) R\$ 153 de instrumentos financeiro derivativo em outros resultados abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Em 31 de dezembro 2024 e 2023, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

19.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	Nota	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
			Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Redução de capital	Até dezembro de 2026	13	(27.036)	(37.836)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Até dezembro de 2025		(6.050)	(2.393)	(2.657)	(2.732)
Total			(33.086)	(40.229)	(2.657)	(2.732)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

19.2 Empresas de controle comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Despesas	Despesas
Transporte de energia					
Enel Cien S.A.	Até março de 2023	-	-	-	(3)
		-	-	-	(3)
Suporte operacional					
Enel Green Power Spa GLO	Janeiro de 2017 até o término dos serviços	(13.445)	(11.277)	-	-
		(13.445)	(11.277)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns					
Enel Green Power Zeus II Delfina VII S.A.	Até dezembro de 2025	-	427	-	-
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Até dezembro de 2025	-	194	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.	Até dezembro de 2025	62	181	-	-
Enel Green Power Cumaru 1 S.A.	Até dezembro de 2025	828	1.271	-	-
Enel Green Power Soluções Energéticas S.A.	Até dezembro de 2025	-	9	-	-
Enel Green Power Fortes dos Ventos II S.A.	Até dezembro de 2025	47	85	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 2 S.A.	Até dezembro de 2025	76	1.913	-	-
Enel Green Power Santa Esperança 8 S.A.	Até dezembro de 2025	80	92	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.	Até dezembro de 2025	101	114	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 13 S.A.	Até dezembro de 2025	81	446	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque I S.A.	Até dezembro de 2025	-	1.042	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque II S.A.	Até dezembro de 2025	1.003	-	-	-
Enel Green Power Tacaicó S.A.	Até dezembro de 2025	-	2	-	-
Enel Green Power Cristal Eólica S.A.	Até dezembro de 2025	-	56	-	-
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.	Até dezembro de 2025	-	1.213	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	Até dezembro de 2025	-	(38)	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.	Até dezembro de 2025	-	1.031	-	-
Enelpower do Brasil Ltda.	Até dezembro de 2025	(564)	(564)	-	-
Enel Green Power Salto Apiacas S.A.	Até dezembro de 2025	-	(29)	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Sola S.A.	Até dezembro de 2025	1	-	-	-
Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.	Até dezembro de 2025	(1.326)	3.178	-	-
Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A.	Até dezembro de 2025	(57)	(56)	-	-
Enel Green Power Aroeira 01 S.A.	Até dezembro de 2025	907	861	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A.	Até dezembro de 2025	-	41	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 11 Ltda.	Até dezembro de 2025	192	171	-	-
Usina Eólica Pedra Pintada A Ltda.	Até dezembro de 2025	18	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 3 S.A.	Até dezembro de 2025	299	215	-	-
		1.748	11.855	-	-
Indenização de seguros					
Enel Green Power Ituverava Norte Solar	Até dezembro de 2025	(2.500)	-	-	-
		(2.500)	-	-	-
Total		(14.197)	578	-	(3)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Redução de capital: Referente a redução de capital realizada no exercício de 2022. O saldo deve ser pago para a Controladora em uma ou mais parcelas até 31 de dezembro de 2026.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou *know-how*, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Indenização de seguros: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu indevidamente indenização de seguro, o qual deveria ter sido pago pela seguradora, para a Companhia EGP Ituverava Solar Norte. Dessa forma, o montante de R\$ 2.500, deverá ser repassado para a Ituverava Solar Norte.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2024 e 2023.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



20.1 Instrumentos financeiros

20.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível (a)	31.12.2024		31.12.2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	13.003	13.003	4.103	4.103
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	6.720	6.720	4	4
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	5.086	5.086	15.421	15.421
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	55.000	37.113	35.457	35.457
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	29.859	47.746	17.887	17.887
Total do ativo			109.668	109.668	72.872	72.872
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	20.028	20.028	20.613	20.613
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	88.511	88.511	93.533	94.572
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	2	106.912	90.345	89.777	89.777
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	13	13	26	26
Ressarcimento mercado regulado	Custo amortizado	2	12.760	12.760	1.678	1.678
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado	2	-	-	687	687
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	208	208	217	217
Total do passivo			228.432	211.865	206.531	207.570

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 20.2 Hierarquia do valor justo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Santander (Bank of China e Santander)	30/03/17	01/12/31	Cash Flow Hedge	USD SOFR	CDI	55.000
Santander (Proparco)	22/12/17	15/12/27	Fair Value Hedge	EUR	CDI	29.651
Total						84.651

A movimentação é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Derivativos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.986
Juros provisionados	(10.153)
Variação cambial	(14.298)
Marcação a mercado no resultado	4.308
Marcação a mercado no patrimônio líquido	1.871
Pagamento de juros	12.167
Pagamento de principal	(8.441)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	52.440
Juros provisionados	(4.844)
Variação cambial	41.427
Marcação a mercado no resultado	1.518
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(450)
Pagamento de juros	5.448
Pagamento de principal	(10.888)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	84.651

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro em 31 de dezembro de 2024, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado financeiro
Santander (Bank of China e Santander)	55.000	53.293	1.707	-
Santander (Proparco)	29.651	36.191	-	6.540
Total	84.651	89.484	1.707	6.540

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2024.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados acima.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	31.12.2024	Categoria
Bank of China e Santander	USD SOFR + 2,27%	109.884	Cash Flow Hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 2,27%	(111.200)	Cash Flow Hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,05%	56.200	Cash Flow Hedge
		54.884	
Proparco	FIXO + 2,28%	88.694	Fair Value Hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO + 2,28%	(86.096)	Fair Value Hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,16%	56.445	Fair Value Hedge
		59.043	

A diferença entre o valor na curva (*accrua*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2024, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

20.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

20.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities* , política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, *compliance* e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela *Holding* ; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) caixa e equivalente de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) contas a receber de clientes e outros recebíveis; e (iv) instrumentos financeiros derivativos.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.003	4.103
Títulos e valores mobiliários	4	6.720	4
Contas a receber de clientes	5	5.086	15.421
Instrumentos financeiros derivativos	20	84.651	52.440
Total		109.460	71.968

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	195.423	183.310
Instrumentos financeiros derivativos	(84.651)	(52.440)
Dívida	110.772	130.870
Caixa e equivalentes de caixa	(13.003)	(4.103)
Títulos e valores mobiliários	(6.720)	(4)
Dívida líquida (a)	91.049	126.763
Patrimônio líquido (b)	155.281	145.687
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	36,96%	46,53%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

Do total das obrigações no passivo circulante, há obrigações de compartilhamento de infraestrutura e suporte operacional com a controladora Enel Brasil e outras empresas do grupo, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	total
Empréstimos e financiamentos - pré fixados	-	-	17.425	52.580	30.665	100.670
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	11.453	(75)	9.622	76.306	39.326	136.632
Instrumentos financeiros derivativos	(1.038)	-	6.909	(64.660)	(19.750)	(78.539)
Total	10.415	(75)	33.956	64.226	50.241	158.763

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2024	Projeção despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
SAN 4131 Ituverava PP	56.200	4.997	6.838	8.625	10.362	12.052
Proparco 4131 Ituverava PP	56.445	5.080	6.929	8.724	10.469	12.166
USD SOFR D-2	-	-	-	-	-	-
China 4131 Ituverava	56.041	2.663	3.350	4.037	4.724	5.412
SAN 4131 Ituverava PA	53.843	2.558	3.219	3.879	4.539	5.199
SAN 4131 Ituverava PA	(111.200)	(5.221)	(6.569)	(7.916)	(9.264)	(10.611)
Pré EUR	-	-	-	-	-	-
Proparco 4131 Ituverava PA	88.694	(46.033)	(11.038)	14.518	34.767	51.593
Proparco 4131 Ituverava PA	(86.096)	44.685	10.715	(14.093)	(33.749)	(50.082)
Total	113.927	8.729	13.444	17.774	21.848	25.729

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2024 (em reais).

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;

Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);

Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Passivos em moeda estrangeira	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	195.423
Exposição patrimonial	195.423
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(197.296)
Total	(1.873)

20.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

21. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	333.052	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	-	100.860
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	-	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	-	125.691

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

22. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

22.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

Não impacta caixa	31.12.2024	31.12.2023
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	3.305	3.150
Compensações de PIS e COFINS (ICMS)	22	1.541
Total	3.327	4.691

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pagamento de juros	31.12.2024	31.12.2023
Apresentados nas atividades operacionais	(10.747)	(9.323)
Total	(10.747)	(9.323)

22.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Efeito caixa	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	9	(29.517)	(27.013)
Pagamento de arrendamento (principal)		(12)	(12)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)		10.888	8.441
Total		(18.641)	(18.584)

23. Eventos subsequentes

Efeitos do *Curtaiment*

Em 22 de janeiro de 2025, foi revogada a liminar que garantia os geradores eólicos e solares, o direito de receber os ressarcimentos relacionados aos efeitos do *Curtaiment*, medida que gerou impactos nos resultados das operações de geração de energia elétrica.

Apesar da revogação, a Companhia permanece empenhada em assegurar seus direitos. Além das ações legais em andamento para reverter a decisão, a administração está conduzindo esforços regulatórios, institucionais e técnicos com o objetivo de mitigar os impactos e buscar alternativas que reduzam os efeitos do *Curtaiment*.

A administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os acionistas e demais partes interessadas informados sobre o andamento do processo. A revogação da referida liminar não afeta quaisquer montantes registrados nas presentes demonstrações financeiras.